



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL**

ESTER RIBEIRO TEIXEIRA

**EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL
NO CAIC JOSÉ JOFILLY**

**CAMPINA GRANDE
2012**

ESTER RIBEIRO TEIXEIRA

**EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL
NO CAIC JOSÉ JOFILLY**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Estadual da
Paraíba (UEPB) em cumprimento às
exigências para a obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marília Tomaz de Oliveira

**CAMPINA GRANDE
2012**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca de Serviço Social "Luiza Erundina" – UEPB

T266e Teixeira, Ester Ribeiro.
Educação e serviço social [manuscrito] : um estudo sobre educação sexual no CAIC José Jofilly / Ester Ribeiro Teixeira. – 2012.
31 f.: il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2012.

“Orientação: Profa. Dra. Marília Tomaz de Oliveira, Departamento de Serviço Social”.

1. Educação Sexual. 2. Sexualidade. 3. Serviço Social.
I. Título.

21. ed. CDD 372.372

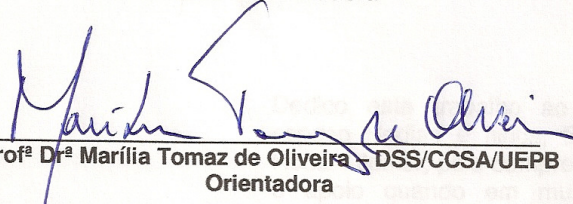
ESTER RIBEIRO TEIXEIRA

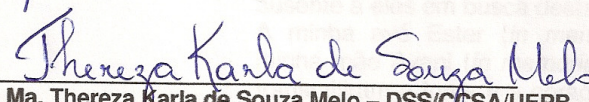
**EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL
NO CAIC JOSÉ JOFILLY**

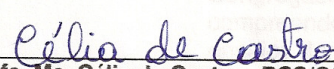
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Estadual da
Paraíba (UEPB) em cumprimento às
exigências para a obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em: 10/07/12

Banca Examinadora


Profª Drª Marília Tomaz de Oliveira - DSS/CCSA/UEPB
Orientadora


Profa. Ma. Thereza Karla de Souza Melo - DSS/CCSA/UEPB
Examinadora


Profa. Ma. Célia de Castro - DSS/CCSA/UEPB
Examinadora

Dedico este trabalho ao meu querido esposo Hodias e filhos, Elda, Evódia e Hodias Junior, pela compreensão, carinho e apoio quando em muitas horas fui ausente a eles em busca desta conquista. A minha avó Ester (*in memorian*) e a minha mãe Avani (*in memorian*), que me transmitiram a força e a coragem de lutar e nunca desistir.

Ao Conjunto Coral da Igreja Evangélica Congregacional do marinho, por compreenderem, a minha ausência aos ensaios durante o período do curso.

Aos colegas de curso nestes cinco anos, principalmente aos que participaram comigo do estágio no CAIC José Jofilly e aos alunos do EJA que partilharam conosco, pois sem eles este trabalho não existiria.

LISTA DE SIGLAS

CAIC	Centro de Apoio a Criança e ao Adolescente
DSTs	Doenças Sexualmente Transmissíveis
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e do Desporto
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PRONAICA	Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

RESUMO	6
1 INTRODUÇÃO	7
2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO EDUCACIONAL BRASILEIRO: DA COLÔNIA AO IMPÉRIO	8
2.1 A REPÚBLICA BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA DE DEMOCRATIZAÇÃO	10
2.2 AS CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX: LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO	13
2.3 A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO EDUCACIONAL	16
3 A TEMÁTICA EDUCAÇÃO SEXUAL NO UNIVERSO ESCOLAR	18
3.1 CONCEITO E ASPECTOS DA SEXUALIDADE	18
4 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CAIC JOSÉ JOFILLY	23
4.1 O PROGRAMA CAIC	23
4.2 O CAIC NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE	25
4.3 EDUCAÇÃO SEXUAL NO CAIC JOSÉ JOFILLY	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	31

EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL NO CAIC JOSÉ JOFILLY

Ester Ribeiro Teixeira

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) trata da experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social realizado no Centro de Apoio a Criança e ao Adolescente (CAIC) José Jofilly. No processo de estágio realizamos num primeiro momento um levantamento utilizando como instrumento um questionário aplicado aos alunos, com o intuito de obter dados para que fossem definidas as temáticas que seriam abordadas no desenvolvimento da intervenção por duplas de estagiárias. A partir da análise dos dados, escolhemos a temática Sexualidade incluída na formação educacional como tema transversal. A metodologia de trabalho se deu através de palestras e dinâmicas referenciadas na bibliografia relativa à temática Educação e Sexualidade. Nesse contexto, compreendemos o Serviço Social como indispensável para o bom desenvolvimento do trabalho que visa a capacitação e sensibilização dos docentes para incorporação do desafio de trabalhar com a Orientação Sexual. Entendemos que o êxito no desenvolvimento do trabalho com tal temática se dará quando esta não apenas seja tratada no ambiente escolar, mas, sobretudo no espaço social e familiar.

Palavras-Chaves: Educação. Serviço Social. Sexualidade.

ABSTRACT

This Work Completion of course (TCC) is the experience of Supervised Internship in Social Work conducted at the Center for Support of Children and Adolescents (CAIC) Joseph Jofilly. In the process at first stage we conducted a survey using a questionnaire as a tool for students, in order to obtain data that would define the issues that were addressed in the development of intervention by pairs of trainees. From the data analysis, we chose the theme of Sexuality included in the educational as crosscutting themes. The methodology was through dynamic lectures and referenced in the bibliography on the subject and Sexuality Education. In this context, we understand the social services as necessary for the proper development of the work aimed at training and sensitization of teachers to incorporate the challenge of working with the Sexual Orientation. We believe that the successful development of work with this theme is when this will not only be treated in the school environment but especially in the social and family life.

key words: Education. Social Work. Sexuality.

1 INTRODUÇÃO

O aumento de problemas relacionados à sexualidade entre os jovens, nas últimas décadas tem tornado o debate acerca da educação sexual ainda mais necessário. De um lado, pais que se recusam a cumprir sua missão de formadores, de outro, filhos que envolvidos em dúvidas passam a relacionar-se sexualmente ainda mais cedo, tendo por consequência gravidez indesejada, doenças, abortos, entre outros.

A inserção da proposta da educação sexual nos currículos escolares, surgiu exatamente com o intuito de minimizar os efeitos do desconhecimento acerca da temática, que atualmente vem se transformando em problema social.

Essa reorganização pela qual vem passando, nos dois últimos séculos, a educação brasileira possibilitou a inserção de novos profissionais no ambiente escolar, entre eles o assistente social, sendo este então considerado também responsável pela formação do jovem, juntamente com familiares e professores.

Diante de tais considerações, o presente trabalho tem por objetivo analisar de forma breve o processo de desenvolvimento da educação no Brasil, e as transformações tem passado nos últimos séculos. Situa o momento em que a Educação se abriu para a inserção de temáticas transversais advindas do cotidiano. O estudo é focado na temática Sexualidade, buscando perceber as razões pelas quais o ministério da educação optou por tal inserção.

Nessa direção, destacamos a abertura, que proporcionou a inserção de novos profissionais no ambiente escolar. A partir daí, situamos o papel do assistente social no trabalho com a temática sexualidade, tendo por campo de intervenção o CAIC José Joffilly. A referida instituição está localizada na cidade de Campina Grande, no qual realizamos o nosso estágio supervisionado, no ano de 2009. O presente estudo foi organizado da seguinte maneira:

A primeira parte é a INTRODUÇÃO.

A segunda parte é a fundamentação teórica, onde apresenta BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO EDUCACIONAL BRASILEIRO: DA COLÔNIA AO IMPÉRIO, situando o processo educacional brasileiro, desde a chegada dos jesuítas a colônia portuguesa, até os dias atuais. Tratamos das mudanças ocorridas no processo educacional que proporcionaram a inserção da

educação sexual nos currículos escolares, à partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Situamos ainda, a importância do Serviço Social enquanto parte integrante da equipe de profissionais das escolas, numa perspectiva de interdisciplinaridade focando nas responsabilidades dos mesmos em relação ao trabalho com a temática.

Na terceira parte, **EDUCAÇÃO SEXUAL NO UNIVERSO ESCOLAR**, traçamos um estudo acerca da sexualidade, pautando-se em suas características. Nesse sentido, destacamos as razões que levam a inserção da educação sexual nos currículos escolares.

Na quarta parte, **O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CAIC JOSÉ JOFILLY**, trata sobre a atividade de estágio, no Centro de Apoio a Criança e ao Adolescente (CAIC), e analisa como a educação sexual foi trabalhada na escola e a importância que os alunos dão para a referida temática.

Na última parte, são as **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, onde retomamos a nossa atividade de intervenção, onde destacamos a importância de ser desenvolvido um trabalho na Escola com essa temática e o papel do Assistente Social nesse processo educativo.

Através do mesmo, esperamos contribuir para os debates acerca da inserção e da efetivação da educação sexual na escola, assim como cooperar para o processo de formação do adolescente e, conseqüentemente, da sociedade brasileira.

2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO EDUCACIONAL BRASILEIRO: DA COLÔNIA AO IMPÉRIO

A história da educação no Brasil teve início no período colonial e é marcada por grandes lutas, situações de dependência, exclusão, submissão, interesses políticos e discriminação racial.

A colonização no Brasil iniciou-se em 1530, mas a educação só veio a desenvolver-se em 1549 com a vinda dos padres Jesuíta, que aqui chegaram por meio do governador geral Tomé de Souza, e fundaram as primeiras escolas, tendo

como objetivo promover estudos humanísticos, filosóficos e sociológicos e a alfabetização. Essa fase perdurou até 1769.

Os jesuítas pertenciam a Companhia de Jesus, Foi fundada em 1534 por Inácio de Loyola com o intuito de minimizar os efeitos da Reforma Protestante, formando missionários e convertendo os povos a fé católica.

Antes da chegada dos jesuítas praticamente não existia educação no Brasil, uma vez que, os índios tinham como referencial os valores referentes as suas tribos, que eram-lhes transmitidos ao longo dos tempos, segundo estudos da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Deste modo, os índios viviam num ambiente em que os valores morais prevaleciam, havendo, porém uma lacuna quanto à instrução formal suprida pela vinda dos jesuítas, que destinava-se aos filhos dos senhores de engenho, filhos dos colonos, índios, escravos, transformando-os em filhos da Companhia de Jesus, através da educação também eram transmitidos os costumes de Portugal e seu idioma

Apesar de todo desenvolvimento educacional proporcionado pelos jesuítas, no ano de 1579 inicia-se uma grande perseguição a estas missões que resultou na expulsão destes do território brasileiro, com o objetivo de restaurar a decadente economia portuguesa, esta liderada pelo Marquês de Pombal.

A escola surgida no período pombalino, diferente da Companhia de Jesus, visava uma escola que servisse aos fins úteis ao estado. Apesar dos fortes objetivos, nada, no entanto, foi feito para que houvesse um desenvolvimento educacional, além do estabelecimento da educação pública, que objetivava atingir os próprios interesses do Estado.

Com a conquista da independência no ano de 1889, muitas mudanças aconteceram na educação brasileira. O objetivo das reformas pombalinas se concretizaria apenas no ensino superior e o importante agora era formar a elite que dirigiria o país.

Além desta, podemos citar outras mudanças ocorridas nesse período como, a criação de uma nova lei no ano de 1827, que determinava a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas, lugarejos e escolas de meninas nas cidades mais populosas. A divisão do ensino primário e elementar e superior no ano de 1854, onde no elementar ensinava-se instrução moral e religiosa, leitura e escrita, noções essenciais de gramática, princípios elementares de aritmética e o sistema de

pesos e medidas; no superior poderiam incluir-se dez disciplinas, desdobradas de ensino elementar. Os liceus provinciais foram criados após o Ato Condicional. Suas disciplinas preparavam o aluno para o ensino superior. Os primeiros liceus foram o Ateneu do Rio Grande do Norte, criado em 1835, e os outros dois, criados em 1836, foram o da Bahia e o da Paraíba.

Neste período percebe-se ainda a marginalização do ensino técnico - profissional e o ensino normal. Quanto ao ensino secundário e superior, no período colonial, as aulas eram avulsas e dispersas.

O ato adicional de 1834 (lei nº 16, de 12 de agosto), conferiu as províncias o direito de legislar sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-los, excluindo, porém, de sua competência as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias então existentes e outros quaisquer estabelecimentos que, no futuro, fossem criados por lei geral (HADAR, 1972, p. 120).

Com o ato adicional, surgiram dois sistemas paralelos de ensino secundário: O regular, pertencente quase só ao Colégio de Pedro II, e o irregular, que centralizava-se no ensino superior. Apesar de tantas reformas, pode-se perceber que na primeira República, não existia sistema articulado de ensino, o que foi colocado em questão, pois no Império o privilégio era da elite, enquanto a educação popular era prejudicada, uma vez que a centralização política impedia o desenvolvimento do processo educacional, tendo em vista que a mesma ocasionava à privatização do sistema educacional.

2.1 A REPÚBLICA BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO NUMA PERSPECTIVA DE DEMOCRATIZAÇÃO

Durante toda a Primeira República, o governo da União limitou-se a manter o ensino superior e a prover a instrução secundária do Distrito Federal, isto é, sustentar o antigo Colégio Pedro II. Não criou estabelecimentos de ensino secundário nos Estados, antes, extinguiu os que existiam mantidos pelo Governo Federal no sentido de promover e melhorar o ensino primário.

Quanto a isso, a única intervenção do governo da União ocorreu em 1918, em consequência da guerra. Através do Decreto Federal, nº 13.014, de 4 de maio, o governo substituiu as escolas estrangeiras existentes no sul do país por instituições nacionais. Era o governo federal que controlava e regulamentava o ingresso nos cursos superiores, levando os estabelecimentos de ensino secundário a procurarem adequar seus cursos a tais exigências. Aqueles estabelecimentos estaduais e particulares que seguissem as normas federais seriam equiparados ao Colégio Pedro II, com o direito de ingressar em cursos superiores sem prestar novos exames.

Nesse período, características idênticas a do império se mantiveram, no entanto destacamos algumas escolas criadas priorizando o ensino profissionalizante no Estado de São Paulo, como a Escola Politécnica, em 1896, de Ensino Superior de Agricultura de Piracicaba, em 1905, e Faculdade de Medicina, em 1913. Estendiam-se nesse contexto debates e discussões sobre reformas que viessem melhorar e aperfeiçoar o ensino, pois o Governo Federal era praticamente omissos aos problemas educacionais. Segundo Piletti (1996, p. 196), podemos perceber:

Três fatos contribuíram de forma especial para desenvolver os debates acerca da educação: a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924; o inquérito sobre a educação promovido pelo jornal o Estado de São Paulo e levado a efeito por Fernando Azevedo, em 1926; e as reformas educacionais realizadas por vários Estados, durante a década de 1920. A associação Brasileira de Educação, fundada por Heitor Lira, contribuiu para congregar educadores”, pondo-os em contato uns com os outros, abrindo oportunidades para debate largo sobre doutrinas e reformas.

O principal instrumento desse debate foram as Conferências de Educação, em número de nove, ocorridas entre 1922 e 1937. Entre elas, as que merecem destaque foram as de Sampaio Dória, em São Paulo, em 1920; a de Lourenço Filho, no Ceará, em 1923; a de Anísio Teixeira, na Bahia, em 1925; a de Francisco Campos e Mário Casassanta, em Minas Gerais, no ano de 1927; e a de Fernando Azevedo, no Distrito Federal, em 1928.

Com a constituição de 1934, foi incluído pela primeira vez na história, um capítulo com pontos importantes sobre a educação: a educação como direito de todos, a obrigatoriedade da escola primária integral, a gratuidade do ensino primário,

a assistência aos estudantes necessitados, etc. A partir da Constituição de 1934 o Governo Federal assumiu novas atribuições educacionais, que assim se distribuem:

1º- A função de integração e de planejamento global da educação brasileira, passou a ser competência da União “fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos comuns e especializados; coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país” (art.150).

2º- A função normativa para todo o território nacional e para todos os níveis. O artigo 5º estabeleceu: “compete privativamente a união: XIV – traçar as diretrizes da educação nacional.”

3º- A função supletiva de estímulo e assistência técnica, onde houvesse deficiência de iniciativa ou de recursos (art. 150).

4º- A função de controle, supervisão e fiscalização do cumprimento das normas federais (PILETTI, 1996, p. 63-64).

A segunda Constituição do Brasil, a de 1946, mantinha “o ensino ministrados pelos poderes públicos”, com a iniciativa particular livre, limitado pela lei e o ensino religioso de acordo com a religião de cada um (vale salientar, que na prática tal objetivo não era atingido, uma vez que não havia liberdade para manifestações religiosas particulares assim como não havia liberdade de expressão).

Vigorou até 1961, a legislação educacional, fruto do Estado Novo, quando veio entrar em vigor a LDB, não impedindo a organização de campanhas, que visavam melhoras no atendimento escolar.

A partir daí, o ensino médio passou a incluir o secundário, os três ramos do ensino técnico-industrial, comercial e agrícola e o curso Normal. Qualquer ramo do 1º ciclo que fosse concluído dava direito à matrícula em qualquer modalidade do 2º ciclo e qualquer que fosse o 2º ciclo concluído – secundário, técnico ou normal – permitia o ingresso no ensino superior.

Os anos que se seguiram foram ainda mais marcantes e transformadores para a educação brasileira. O estabelecimento de leis regulamentadoras aprofundou ainda mais essas mudanças, entre elas destaca-se a LDB, conforme podemos observar nos itens que se seguem.

2.2 AS CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX: LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

Historicamente falando, podemos perceber que apenas com a promulgação da Carta Magna de 1934, a educação brasileira passou a referendar-se constitucionalmente, uma vez que foi a partir de tal constituição, que os ditames da educação do Brasil organizaram-se em forma de lei. Tratava-se da LDB, que apesar de ter sido criada no ano de 1934 com o surgimento da nova constituição, permanece em debate por longos treze anos, conforme podemos perceber abaixo:

A primeira LDB foi publicada em 20 de dezembro de 1961 pelo presidente João Goulart, quase trinta anos após ser prevista pela Constituição de 1934. O primeiro projeto de lei foi encaminhado pelo Poder Executivo ao Legislativo, em 1948, foram necessários treze anos de debate até o texto final. A LDB é a lei que determina os fins da educação, os caminhos a serem percorridos e os meios adequados para atingi-los, enfim, regulamenta a Educação Escolar Nacional (FONTOURA, 1968, p. 52)

O principal motivo para a morosidade em se promover a constitucionalização de uma lei que versasse sobre a educação do país, deu-se devido o autoritarismo característico do regime militar no Brasil devido o fato de que nesse período as leis que se destinavam a organização educacional, como por exemplo, a Lei nº 5540 / 68 que tinha como objetivo organizar e articular o funcionamento dos diferentes níveis da educação entre outras providências apresentavam falhas em sua caracterização resultantes do mandonismo militar, conforme podemos perceber, na fala de Pelegrini e Azevedo (2006, p. 2):

Não obstante, o texto da Lei 5540/68 revestiu-se também do caráter autoritário e desmobilizador que caracterizou a quase totalidade dos atos do regime militar. De tal modo que além de enfatizar no art. 16, parágrafo 4º “a manutenção da ordem e disciplina”, demonstra-se uma preocupação saneadora, ainda pouco sistematizada, pelo oferecimento de formação cívica e física aos estudantes.

O emprego da educação como método de manipulação nacionalista, objetivada pelos militares, dificultava a realização de uma educação democratizada, o que se configurava como a causa de luta dos educadores e estudantes da época.

Todavia, mesmo diante do autoritarismo de então, no ano de 1971, aprova-se um novo decreto de lei, o de nº 5692/71, que objetivava a fixação dos ditames dos diferentes níveis da educação no país.

Ainda segundo Pelegrini e Azevedo (2006, p. 2),

A lei nº. 5692/71 completa o ciclo de reformas educacionais geradas com o intuito de efetuar o ajustamento necessário da educação nacional à ruptura política orquestrada pelo movimento de 64. Com a nuance de efetivar-se em uma conjuntura política caracterizada pelo ápice da ideologia do “Brasil - potência”, no qual o regime militar havia se consolidado, eliminando as resistências mais significativas, e adquirido um discurso magnificante na exaltação do sucesso do seu projeto de manutenção do poder. A Educação nos anos de chumbo: a Política Educacional ambicionada pela “Utopia Autoritária” (1964-1975).

Tal promulgação resultou no acirramento da frente de luta dos educadores em todo o território nacional, tendo ficado em vigor até o ano de 1996 com a sanção da lei 9394/96, que configurava as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que uma vez promulgada no dia 20 de dezembro de 1996, acarretou inúmeras mudanças no que se refere às anteriores, o que se pode perceber abaixo, já em seu artigo I:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 2010).

Analisando tal artigo, podemos então perceber o interesse em apresentar a educação como algo além de simples apreensão de conhecimento científico, mas sim, como influência nos diferentes níveis de desenvolvimento humano, como a relação familiar, as relações sócias e profissionais.

Segundo Sacristán (2002), a educação democrática deve ser justa por ser igualadora, ao mesmo tempo em que reconhece a diversidade cultural, a singularidade dos planos da política educacional, a organização do sistema escolar, o funcionamento dos estabelecimentos escolares e a pedagogia prática que toma compatíveis os dois ideais de justiça: a meta dessa orientação é a inclusão social em condições de igualdade dentro do pluralismo. Assim segundo o autor:

Uma escola semelhante para todos com um currículo comum, regido pela ideia de justiça como igualdades de tratamento e de redistribuição; um currículo comum com pluralidade interna, que seja integrador, dando espaço para a diversidade cultural, e que parta da realidade da hibridação; uma pedagogia diferenciada no desenvolvimento do currículo comum que pratique estratégias variadas de aprendizagem com métodos parcialmente individualizados (SACRISTÁN, 2002, p. 259).

No capítulo III da Constituição Federal, no artigo 205, afirma-se que além de ser um direito de todos, a educação trata-se também de um dever do estado e da família, devendo ser incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento do indivíduo, a fim de prepará-lo para ser um cidadão qualificando-o para o trabalho. Por sua vez, o artigo 206 trata sobre os princípios de tal educação, vejamos:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais do ensino, garantindo, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 1988).

Assim, podemos observar que o projeto de educação brasileira objetivando a formação de cidadãos aptos a conviverem em sociedade, abre-se para a inserção de novos conteúdos que melhor se adequem a realidade atual da sociedade, afim de com isso não restringir a educação apenas a escola, mas transformando-a em um processo integrante do meio social em que o homem vive, trabalha, se insere na sociedade, formando assim cidadão críticos e preparados para enfrentar as oportunidades, assim como as dificuldades e metamorfoses pelas quais passa a sociedade brasileira.

Nesse sentido analisaremos a importância do Serviço Social no âmbito escolar, assim como as atribuições do Assistente Social na instituição educacional.

2.3 A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO EDUCACIONAL

É de extrema relevância a atuação do Assistente Social na educação, uma vez que este é parte essencial no desenvolvimento da vida social do educando, inserindo este no campo da política educacional e a política de um modo geral, já que indiscutivelmente política e educação são temáticas intrínsecas. Conforme Almeida (2003, p. 2), “para a superação dos pontos de estrangulamento no trato dessa relação é fundamental compreender a educação a partir dos processos históricos que a tornaram uma dimensão cada vez mais complexa da vida social”.

A história da educação revela uma cada vez mais complexa articulação de instituições que se ocupam de diferentes funções socializadoras. A família, as instituições religiosas, os movimentos associativos entre outras, que ao lado da escola contribuem para a constituição do amplo e diversificado campo educacional. A educação que se quer emancipadora não se restringe a educação escolarizada, é ao mesmo tempo objeto das lutas das classes subalternas pela sua emancipação política.

A educação escolarizada é, na realidade, na sua diversidade distribuída em “unidades educacionais” disseminadas diferentemente, obedecendo a processos culturais, situações econômicas e políticas que representam a realidade brasileira e de certa forma mundial, tratando-se então de apenas um campo de preparação do ser humano para ingressar no mercado de trabalho, de forma adequada a política econômica. Segundo Almeida (2003, p. 30), aos assistentes sociais é essencial assinalar as seguintes questões:

A primeira delas é a de que pensar a atuação dos assistentes sociais na política educacional envolve a compreensão da dinâmica e complexidade deste campo de atuação do Estado e da sociedade civil. A segunda questão diz respeito ao reconhecimento de que se a política educacional é uma das expressões das disputas protagonizadas pelos sujeitos sociais no campo da cultura ela também não encerra todas as particularidades da educação enquanto dimensão da vida social. Os assistentes sociais devem, ao mesmo tempo, tomar a política educacional como um modo historicamente determinado de oferta e regulação dos serviços educacionais, que organiza diferentes formas de trabalho coletivo e modalidades de cooperação entre os profissionais que atuam nesta área.

O ensino fundamental tanto na escola privada, como na pública passa por uma complexa série de fenômenos. A juventude e seus processos de afirmação e reconhecimento enquanto categoria social, exacerbadamente, mediado pelo consumo, a ampliação das modalidades e a precoce utilização das drogas pelos alunos, a inversão da cultura e da força do narcotráfico, a pulverização das estratégias sobrevivência das famílias nos programas sociais, a perda de atrativo social da escola como possibilidade de ascensão social e econômica; a negação da profissionalização da assistência no campo educacional com a expansão do voluntariado, a gravidez na adolescência tomando o formato de problema de saúde pública e a precarização das condições de trabalho docentes são algumas das muitas expressões da questão social.

Com esses e tantos outros problemas e dificuldades a que estão expostos os jovens e adolescentes da nossa sociedade, o assistente social é a pessoa mais preparada para orientá-los a como relacionar-se nos diversos setores da sociedade onde vivem, estudam, trabalham se relacionam. Não que pratiquem um assistencialismo, mas como verdadeiros orientadores. A adesão às lutas e movimentos sociais em torno da erradicação do analfabetismo, de uma educação pública universal, gratuita e de qualidade, do acesso progressivo dos diversos segmentos sociais aos diferentes níveis de educação constitui expressão importante deste processo de valorização da dimensão educativa do trabalho do assistente social como inclusa nos processos de luta e organização social.

Assim, pode-se perceber a necessidade de considerarem-se tanto fatores internos quanto externos quando da atuação do assistente social no âmbito educacional, visando além da resolução de problemas a efetivação dessa política educacional integrada, pautando-se na concretização de ações educativas, conforme afirma Martins (1999, p. 70):

A prática do assistente social deve objetivar melhorar as condições de vida e sobrevivência das famílias e alunos; Favorecer a abertura de canais de interferência dos sujeitos nos processos decisórios da escola (os conselhos de classe); ampliar o acervo de informações e conhecimentos, a cerca do social na comunidade escolar; estimular a vivência e o aprendizado do processo democrático no interior da escola e com a comunidade; fortalecer as ações coletivas; efetivar pesquisas que possam contribuir com a análise da realidade social dos alunos e de suas famílias; maximizar a utilização dos recursos da

comunidade; contribuir com a formação profissional de novos assistentes sociais, disponibilizando campo de estágio adequado às novas exigências do perfil profissional.

Nisso percebe-se a indispensabilidade do profissional da assistência social no universo escolar uma vez que este atua, em conjunto com outros profissionais, como sanador de problemas sociais, mas também como importante no processo de resolução de problemas existentes na escola, melhorando assim o funcionamento da instituição através da execução da política social, visando à melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, através da iniciativa da promoção de atividades educativas que se proponham a fazer valer a atividade cidadã. Além disto, nos casos que não estiverem ao seu alcance, esses o orientaram e encaminharam para outros profissionais.

Assim, percebe-se que os benefícios da presença e atuação do assistente social no âmbito escolar transpõem as barreiras da instituição, alcançando também o universo familiar, uma vez que proporciona novos debates e projetos que levam a uma maior interação social entre família e escola, fortalecendo tão indispensáveis instituições, gerando a possibilidade de um melhor desenvolvimento da aprendizagem do alunado, seja ele infantil ou adolescente.

3 A TEMÁTICA EDUCAÇÃO SEXUAL NO UNIVERSO ESCOLAR

3.1 CONCEITO E ASPECTOS DA SEXUALIDADE

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1975 apud REIS, 1993), sexualidade pode ser definida como:

uma energia que nos motiva a procurar amor, contacto, ternura e intimidade; que se integra no modo como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados; é ser-se sensual e ao mesmo tempo sexual, ela influencia pensamentos, sentimentos, acções e interacções e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental.

Os impulsos sexuais iniciam ainda na infância, com a apalpação que ocasiona no prazer, sendo este o principal objetivo da sexualidade. Assim, a amamentação pode ser considerada o primeiro ato de prazer de um indivíduo, uma vez que ao apalpa o seio da mãe a criança sente prazer, uma vez que sexualidade não significa apenas coito, penetração, relação sexual, ou transa, como comumente se fala. Tratando sobre tal tema, Figueiredo (2011, p. 1) afirma que:

É uma necessidade de receber e expressar afeto e contato, que todas as pessoas têm e que traz sensações prazerosas e gostosas para cada um. Assim, sexualidade, não é apenas sexo, é o toque, o abraço, o gesto, a palavra que transmite prazer entre pessoas e que temos desde antes de nascer, na barriga da mãe, quando bebês e durante toda vida. Conforme vamos crescendo, descobrimos também o prazer provocado pelo contato sexual, através do estímulo que fazemos em nós mesmos ou com outras pessoas. Essa forma de exprimir a sexualidade, vai se juntar as outras maneiras de contato que já vínhamos vivendo desde bebês, gerando a sexualidade adulta.

Desse modo, pode-se dizer que sexualidade é todo esse conjunto dos fenômenos da vida sexual e seus extintos, tendo cada ser humano, em dado momento, a necessidade de expressar a sua sexualidade.

Por sua vez, a excitação sexual não depende só da vontade, ainda que essa muito forte possa exercer um controle, manifestar-se instintivamente, como por exemplo o caso de um homem que não sente nada por uma mulher, mas sente forte excitação com relação a outra. Todos os órgãos dos sentidos podem ser o ponto de partida de excitação, quais sejam elas: O contato de um indivíduo do sexo oposto, a vista, o ouvido, os sons, as formas, as cores, os perfumes, algo que seja atrativo pois o que atrai o homem é a mulher inédita, a que ele não esteja acostumado a ver, o excepcional que altera a sua imaginação como vestidos, perfume, penteado, joias, ou qualquer outro adorno.

A dificuldade de debate entre pais e filhos acerca da sexualidade, resulta na urgente necessidade de uma orientação sexual nas escolas, de uma preparação maior quanto ao assunto com relação aos pais, para que as crianças não sejam orientadas de forma errada, fantasiosa, ou que haja omissão na explicação de determinados assuntos que os adolescentes venham a buscar esclarecimentos. Os pais devem estar mais preparados para esse tipo de educação tanto no conhecimento, quanto na vivência dentro do lar.

Em relação à postura dos pais quando forem questionados pelas crianças e adolescentes acerca da sexualidade não devem respondê-los com fantasias ou ignorância, ou deixa-los sem resposta, uma vez que, eles são os principais responsáveis e mais privilegiados para promover tal educação. Segundo Pereira (2010, p. 1):

As famílias ou a maioria delas se abstêm do seu primordial direito e dever quanto à orientação sexual dos filhos e, para que não seja cobrada pela sociedade ou com o intuito de se redimir junto aos filhos, os orienta da forma a que foram ensinadas, se omitem da realidade e ensinam histórias no lugar da verdade. Quando aguça na criança a curiosidade em saber de onde veio, há aqueles que ainda se utilizam histórias como: o bebê trazido pela cegonha, bebês comprados em hospitais, bebês trazidos de avião, neném nascido na cabeça do repolho, bebês que veio em bolsa preta... E muitos pais na visão retrógrada querem se esquivar do assunto, levando ao extremo a repreensão afetando inconscientemente os filhos na sua capacidade de sentir, pensar, integrar, relacionar-se.

Devido essa abstenção da família em cumprir o seu dever de educar sexualmente os seus filhos a escola cumpre esse papel, devido a sua própria função social, como um paliativo para promover a orientação sexual aos adolescentes. Assim, levando em consideração a escola como locus para a orientação sexual, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) afirmam:

A escola deve se organizar para que os alunos, ao fim do ensino fundamental, sejam capazes de: respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade, reconhecendo e respeitando as diferentes formas de atração sexual e o seu direito à expressão, garantida a dignidade do ser humano; compreender a busca de prazer como um direito e uma dimensão da sexualidade humana (BRASIL, 1998, p. 316).

Para tanto, devendo libertar-se de mitos e tabus que transformam a educação sexual em um bicho de sete cabeças, a escola deve ter como principal intuito tratar o tema Orientação Sexual. Para isso, deve considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte, conscientizando-se que sexualidade não relaciona-se apenas a fatores biológicos indo na realidade muito além disso. Assim deve-se ter em mente, segundo Figueiredo (2011, p. 1):

Educação sexual não é aula de biologia, de aparelho reprodutivo feminino e masculino e concepção, supondo que isso esclareça o risco de gravidez. Tão pouco são as campanhas de prevenção da AIDS isoladas que ocorrem no final do ano ou em período de carnaval. Educação sexual é inclusão dos diversos temas que dizem respeito à sexualidade no currículo escolar, de forma sistemática, regular e crescente, conforme as faixas etárias, abordando seus diversos aspectos: fisiologia, anatomia, gravidez, doenças, prevenção; mas também é fundamentalmente: comportamentos, estereótipos de feminino e masculino, desejos, medos, dúvidas, prazer e emoções. Isso sim permite o desenvolvimento e estruturação da anatomia de cada um, com reflexo para planejar, pensar e escolher sobre suas condutas individuais.

Assim, a escola enquanto espaço de socialização, deve ser um espaço no qual são construídas relações, abertos espaços para que as diferentes concepções do indivíduo possam ser expostas. Assim as inquietações, medos, inseguranças e experiências sexuais possam ser debatidas, o que infelizmente não tem se concretizado no ambiente escolar, devido os próprios pudores trazidos pelos profissionais para seu ambiente de trabalho, e principalmente pela falta de capacitação dos profissionais para trabalhar com tais temáticas. Sobre tal fato, Freire (1996, p. 38), esclarece:

Educar é uma atividade de risco, que envolve uma reflexão crítica, capacidade de avaliar o próprio conhecimento sua segurança em transmiti-lo e de avaliar a influencia socializadora que a escola possui. O professor deve também ensinar a pensar certo, sendo a prática educativa em si um testemunho rigoroso de decência e pureza.

As causas que levaram a educação sexual a ser inserida como mais uma temática nos currículos da educação brasileira na década de 80, deu-se devido o aumento da preocupação da sociedade em relação às doenças sexualmente transmissíveis, principalmente a AIDS, em virtude do crescimento dos casos de gravidez na adolescência, o que gerou a defesa dos debates acerca de sexualidade, principalmente pelos pais, devido à complexidade do assunto. Daí parte, a necessidade dessa inserção fundamentada na realidade de que a manifestação da sexualidade dar-se em todos os lugares não se isentando, portanto, o ambiente escolar, conforme podemos perceber no seguinte trecho dos PCNs :

A sexualidade no espaço escolar não se inscreve apenas em portas de banheiros e muros e paredes. Ela “invade” a escola por meio da atitude dos alunos em sala de aula e da convivência social entre eles. Por vezes a escola realiza o pedido, impossível de ser atendido, de que os alunos deixem sua sexualidade fora dela (BRASIL, 1998, p. 292)

Sobre a responsabilidade de se desenvolver a educação sexual, Sayão (1997, p. 269-271), afirma :

E quem são afinal os responsáveis por uma educação sexual que permita uma visão consciente da sexualidade [...]. Claro que os primeiros e principais responsáveis são os pais [...] E quem são os adultos que pelo menos em tese deveriam aliar-se aos pais nessa difícil tarefa de educar? Os professores, claro!

Assim fundamenta-se a transversalidade da educação sexual, uma vez que esta deve ser desenvolvida de forma multidisciplinar, baseando-se nas dúvidas e anseios do aluno acerca da temática, para que possa desenvolver-se em cima destas uma ação crítica, reflexiva e educativa. Segundo os PCNs (BRASIL, 1998), a orientação sexual na escola é um dos fatores que contribui para o conhecimento e valorização dos direitos sexuais e reprodutivos. Segundo Sayão (1997, p. 65),

a orientação sexual pretende preencher sistematicamente as lacunas de informações, discutir os obstáculos ao uso desses conhecimentos e aprofundar uma visão sobre sexualidade. A escola é o espaço privilegiado para a orientação sexual, pois favorece a reflexão sobre temas polêmicos num clima de respeito e liberdade de expressão.

Para que se desenvolva tal modelo de educação, exige-se uma postura diferenciada do docente, que deve principalmente desprender-se de seus próprios conceitos e pudores acerca de sexualidade, olhando a busca pelo prazer como algo legítimo e lícito, assim como no que se refere aos demais aspectos da sexualidade, buscando distanciar-se de seus próprios credos abrindo-se imparcialmente para o debate. Os PCNs indicam que a emissão da opinião do professor na sala de aula pode ocupar o espaço dos questionamentos, incertezas e ambivalências necessários à construção da opinião do próprio aluno. Assim, o docente deve pautar suas atividades, com métodos que tragam a sexualidade para a pauta das discussões, visando retirar as dúvidas e a exposição da opinião do discente.

O objetivo real de tais ações, são a quebra do “tabu”, no que se refere à sexualidade quebrando preconceitos e estereótipos que a partir desta possa surgir, orientando discussões, prezando pelo respeito dos posicionamentos dos discentes, assim como, das preferências que este tenham, visando a não discriminação. Em fim, no que se refere à temática da sexualidade, o professor seria um problematizador e orientador de debates.

Sobre tais pressupostos, o objetivo da educação sexual seria tirar homens e mulheres do analfabetismo sexual em que vivem, tornando-os cidadãos esclarecidos, preparados para construir uma sociedade digna através do exercício de sua cidadania. Neste sentido, percebemos a necessidade do apoio e orientação social. Segundo os PCNs, a educação sexual

Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista, [...] Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/ AIDS [...] e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas (BRASIL, 1998, p. 50).

Desse modo, cabe – nos conhecer e refletir sobre alguns temas que cotidianamente estão presentes na fase da adolescência e apresentam-se como os principais responsáveis pela necessidade e a urgência da educação sexual.

4 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CAIC JOSÉ JOFILLY

4.1 O PROGRAMA CAIC

O despreparo da sociedade brasileira, principalmente dos jovens, em enfrentar a realidade e as mudanças pelas quais passou o país nas últimas décadas, especialmente no que se refere aos novos valores e comportamentos absolutos, tem exigido que em todos os âmbitos da educação haja uma maior abertura para debates e quebra de tabus, a fim de proporcionar uma maior formação das crianças e jovens para conviverem com tais metamorfoses. Conforme o artigo 227, da Constituição Federal de 1998, no que se refere à Criança e ao Adolescente:

É dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p. 106-107).

Desse modo, a fim de atender tais expectativas, assim como de preparar o jovem para a convivência em sociedade, o projeto de criação dos CAICs (Centros de Atenção Integrada à Criança), criado pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC), no ano de 1993, surgiu exatamente atendendo a proposta contida no artigo supra citado. Sendo uma extensão do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA), o CAIC tem a finalidade de garantir os direitos fundamentais e desenvolvimento das Crianças e Adolescentes do nosso país.

Entre os principais objetivos do PRONAICA podemos destacar a Atenção Integral, entendida como co-responsabilidade do Estado, da sociedade e da família e consubstanciada na integração de ações e serviços voltados ao atendimento das necessidades de desenvolvimento integral da criança, nos aspectos físicos, psíquico, intelectual e de socializações.

Assim, os CAICs surgiram no Brasil nos anos 1990 devido à questão social, onde as famílias mudaram-se do campo para as grandes cidades, o que ocasionou um significativo aumento da pobreza. As famílias sem condições financeiras para o sustento dos filhos, não podiam oferecer os direitos básicos às suas crianças e adolescentes, por isso passaram a viver nas ruas e ou serem exploradas no mundo do trabalho.

A fim de resolver tal situação o Governo Federal cria os Programas de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, intervindo assim, com a proposta de tirar os menores da rua e do mundo da exploração do trabalho. O Programa teve o intuito de funcionar integralmente, junto com a saúde, comunidade e assistência social.

4.2 O CAIC NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE

Nossa atividade de estágio desenvolveu-se no Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC) “José Joffily”, localizado à Rua José Marques Ferreira, nº 100, no Bairro das Malvinas. O conjunto possui uma população de mais de 36.457 mil habitantes, sendo 17.457 habitantes homens e 19.000 habitantes mulheres, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012).

Situado em tal localização o CAIC, foi inaugurado no dia 13 de março de 1994, tendo sido sua inauguração publicada em Diário Oficial no dia 25 de março de 1994, sob Decreto de Lei nº 16.177, pelo Governador Ronaldo Cunha Lima.

O Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, CAIC, recebeu o nome de José Joffily Bezerra de Meio em homenagem ao Senhor José Joffily Bezerra de Melo, nascido em 1914, na cidade de Pocinhos/PB. Tendo sua vida marcada pela sua coragem cívica e pessoal, passou pela militância na Aliança Nacional Libertadora, em 1930, como líder universitário da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Obtendo vitória nas atividades empreendidas como Homem Público, ocupou postos de liderança partidária, tendo sido Deputado Federal de 1946 a 1962. Após publicar vários livros históricos, veio a falecer na cidade do Rio de Janeiro, em janeiro de 1994.

A entidade, CAIC, teve suas finalidades regulamentadas pelo decreto nº 16.177, publicada no Diário Oficial do Estado da Paraíba, em 25 de março de 1994, as quais são:

- I - planejar e coordenar à nível de Unidade de Serviços a Proteção Especial à Criança, ao Adolescente e Família;
- II - promover a saúde da Criança e do Adolescente;
- III- atender a criança em idade de CRECHE e da EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR;
- IV - prestar atendimento à criança e ao adolescente, no ensino regular;
- V - estimular a prática desportiva e de recreação;
- VI - promover a leitura individual e grupal e desenvolver habilidades artísticas e culturais através das artes plásticas, dramáticas e de expressão corporal, assim como o folclore e pesquisas sobre a comunidade;
- VII - Oferecer alimentação adequada para suprir as limitações socioeconômicas das famílias;

- IX - ofertar novos meios didáticos através do suporte tecnológico e da informática;
- X - administrar a solução dos problemas comuns, através da integração dos serviços com a participação da comunidade mobilizada.

Essas finalidades, pelo que percebemos em nosso campo de estágio, não são desenvolvidas na íntegra, devido a falta de profissionais em variadas áreas no que diz respeito à saúde. Do mesmo modo, o subprograma que trata da "Educação para o Trabalho" está desativado e, além disso, não existe conexão entre os problemas e interesses do Centro com as necessidades da comunidade.

Depois de inaugurado, o CAIC José Joffily teve suas atividades iniciadas no dia 04 de abril de 1994 com uma média de oitocentos alunos, sendo entendido como sendo uma co-responsabilidade do Estado, da Sociedade e da Família, unida de modo a integrar ações e serviços inerentes ao atendimento das necessidades de desenvolvimento integral da criança, no que se refere aos aspectos físicos, psíquico, intelectual e de socialização.

Assim, são desenvolvidos no Centro nove subprogramas básicos de maneira articulada e flexível onde se prioriza áreas de atendimento, considerando-se especificamente diferentes momentos do desenvolvimento da criança, do adolescente, do jovem/adulto e das situações peculiares e do contexto sociocultural. Esses subprogramas são: Proteção Especial à Criança e a Família; Promoção da Saúde; Educação Escolar; Esporte Cultura; Educação para o Trabalho; Alimentação, entre outros.

Na instituição, também se desenvolve a política de representante de salas, que são eleitos pelos colegas, o conselho de classe, que tem a responsabilidade de analisar todas as informações e dados apresentados e intervir no processo de ensino e aprendizagem dando oportunidade ao aluno, de diversas formas, de apropriar-se dos conteúdos curriculares estabelecidos.

Por possui seu próprio Regimento Interno, o que lhe é peculiar com relação demais escolas públicas estaduais de Campina Grande, os recursos financeiros, disponibilizados para o mesmo, provem da Secretaria de Estado da Educação e Cultura e o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Com relação ao funcionamento, hoje, a instituição só funciona com o programa de saúde e os alunos só frequentam em um turno por dia, sendo dividido em três: manhã, tarde e noite.

4.3 EDUCAÇÃO SEXUAL NO CAIC JOSÉ JOFILLY

Desde o surgimento do homem, que a sexualidade tem ocupado um lugar de destaque na vida do ser humano devido a sua indispensabilidade. Durante séculos, esta foi considerada apenas como caminho para procriação não devendo resultar em sensações de prazer, ideia disseminada religiosamente, devendo então ser desenvolvida entre um homem e uma mulher, preferencialmente casados.

Nesse contexto, sexualidade era coisa de gente grande, negada, coberta, calada. Esse silêncio e concepção de sexualidade como coisa proibida resultou em um perpetuado “tabu”, no que se refere à temática, de modo que mesmo na evoluída sociedade do século XXI, ainda reluta-se em tratar abertamente sobre tal assunto uma vez que toda manifestação de sexualidade é considerada como particular, devendo então realizar-se privadamente.

O resultado de tal silêncio é o aumento das doenças sexualmente transmissíveis, abusos sexuais, gravidez indesejadas, desconhecimento, vergonha e medo, principalmente na fase da adolescência onde a sexualidade aflora, devendo por isso ser o momento da vida em que mais se deveria debater sobre o tema. Segundo Coimbra (2012, p. 1):

O principal problema da sexualidade na Adolescência, é a falta de diálogo, ou seja, a sexualidade, que na adolescência assume a importância da descoberta de si mesmo, do próprio corpo, do prazer é, ainda hoje, muitas vezes um tema proibitivo aos jovens.

Essa realidade, dar-se pela retração dos pais em tratar sobre o tema devido a sua complexidade, uma vez que estes muita das vezes presos a preconceitos e valores moralizados, percebem a abertura em tratar sobre tal tema como um incentivo à prática da relação sexual. Tal pensamento é ainda mais forte no que se refere ao sexo feminino. Nesse sentido, Suplicy (1991, p. 30), afirma :

para lidar com a sexualidade dos filhos, os pais necessitam se defrontar com a própria sexualidade e esta situação pode gerar, muitas vezes, angústia. A sexualidade dos filhos traz à tona para muitos pais aspectos reprimidos da própria sexualidade.

O desconhecimento e os problemas recorrentes de tal pudor e despreparo dos pais em discutir sobre o tema, agravam-se quando a escola, enquanto responsável pela formação de cidadãos aptos a conviverem em sociedade, abstêm-se de sua responsabilidade tratando as manifestações sexuais, cotidianamente acontecidas na escola, com indiferença ou de maneira preconceituosa. Apresentada como a segunda maior responsável pela educação sexual de adolescentes e jovens, esse deve na verdade ser um local de abertura para os debates e difusão do conhecimento sobre o tema, todavia essa função da escola quase sempre não é cumprida, os resultados provindos desta omissão, a cada dia são mais fortemente percebidos.

Em nossas atividades de estágio desenvolvidas no CAIC José Jofilly, primeiramente foi realizado um levantamento junto aos alunos¹, com o intuito de obter o conhecimento necessário para o desenvolvimento de nossa intervenção.

Diante dos dados analisados, pautamos nossa atividade de estágio numa perspectiva de desenvolver um trabalho com atividades que proporcionem a abertura do debate acerca do tema, enquanto os outros grupos trabalharam os demais temas.

Considerando o fato de que o papel do assistente social, a cada dia mais, alcança novas dimensões e responsabilidades, segundo Piana (2012, p. 186):

Está inserido nas diversas áreas de direitos, no universo da família, no mundo do trabalho, nas políticas sociais públicas e privadas, nas questões ambientais, nos grupos étnicos, em diversos segmentos da sociedade brasileira: da criança, do adolescente, do jovem, do idoso e outras formas de violação dos direitos sociais. Tais situações demandam um trabalho de planejamento, de gerenciamento, de administração, de assessoramento às políticas, a programas e serviços sociais, de análise da realidade social e institucional, a ações incisivas e transformadoras junto à população usuária. Trabalha essencialmente as relações sociais por meio de uma ação global de cunho sócio-educativo e de prestação de serviços.

Sabendo de tais atribuições, assim como visando ir além da análise de dados e constatação de problemas, desenvolvemos palestras com os alunos tratando sobre temas previamente escolhidos como gravidez na adolescência, aborto,

¹ Foi realizado um levantamento com uma pequena amostragem de 95 alunos das diversas turmas do CAIC José Jofilly, onde 31 (trinta e um) alunos escolheram a temática **Drogas**, 26 (vinte e seis) **Educação Sexual**, 21 (vinte e um) **Violência**, 16 (dezesesseis) **Cidadania** e 01 (um) outros assuntos.

doenças sexualmente transmissíveis, etc. Após a exposição do conteúdo havia abertura para questionamentos, que eram esclarecidos de maneira clara, fugindo assim da realidade de pudor e omissão, as quais cotidianamente os alunos eram submetidos. Em tal atividade podíamos perceber o imenso interesse dos alunos, pois ali encontravam o espaço ideal para esclarecer suas dúvidas.

Através de tais atividades, contribuímos para a quebra de um tabu, que nem a educação elitista da colônia e do império, assim como tão pouco a moralista escola do regime militar cogitavam em promover conversas esclarecedoras acerca da sexualidade, que longe de ter bom resultado apenas resultou na dúvida calada de milhares de jovens que ingressavam na vida sexual sem perceberem as consequências e responsabilidades que esta lhe atribuiria.

Somente uma educação democrática e cidadã possibilitarão que jovens, velhos, profissionais e leigos discutissem sobre o prazer e as responsabilidades de uma sexualidade que há muito tempo foi calada, disfarçada, e agora abre-se para o conhecimento e debate. Devemos então como pais, profissionais e educadores pautarmo-nos nesta liberdade, para evitar que as mesmas dúvidas sejam eternizadas. Pensemos, debatamos, e ensinemos sobre a sexualidade para assim contribuirmos com uma juventude preparada para os desafios da vivência da sexualidade de forma esclarecida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo educacional iniciado no Brasil ainda no período colonial, desde sua fundação pautou-se sobre princípios e objetivos bem definidos, que impossibilitavam a inserção de temáticas cotidianas no espaço escolar.

Enquanto os jesuítas ensinavam e espancavam em função da formação da fé, os militares durante a ditadura educavam em função do Estado, da pátria não abrindo mão, assim como os jesuítas, de métodos violentos com o intuito de “fixar” em seus “alunos” a matéria objetivada.

A democratização da escola brasileira abriu as portas para a entrada de novos debates dentro do currículo escolar, que coincidiram com o interesse da

população em se discutir de maneira eficaz e abrangente a educação sexual. Fato esse, ocasionado pelo gigantismo dos casos de gravidez na adolescência e a incidência cada vez mais crescente dos casos de AIDS e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs).

Tal abertura no currículo escolar possibilitou a inserção de novos profissionais, das mais diferentes áreas do conhecimento, no ambiente escolar, que através das suas atividades de assistência e mobilização contribuíram para a abertura de debates acerca de temas que até então eram considerados tabus, como é o caso dos temas relacionados à sexualidade. Entre tais profissionais, destaca-se o assistente social.

A inserção do assistente social no âmbito escolar facilitou o processo de debate acerca da educação sexual, uma vez que os responsáveis por fazê-los, os pais, baseando-se em preconceitos e valores antigos, acabam por delegar essa atividade aos professores e demais profissionais, com o intuito de fugir dessa responsabilidade para eles tão “constrangedora”.

A identificação dessa lacuna na formação dos alunos do CAIC José Jofilly, traz a tona a extensão do silêncio acerca da sexualidade por parte das famílias e da escola. A ânsia dos alunos para que se promova atividades voltadas para o esclarecimento da sexualidade leva-nos a concluir que além de outros fatores ligados à prática pedagógica, os professores permanecem ainda apegados a valores retrógrados, considerando o tema como constrangedor, devendo por isso ser silenciado.

A desinformação dos alunos contribui para justificar o aumento notório da gravidez ainda na fase da adolescência, a ampliação das doenças sexualmente transmissíveis agravadas pelo não uso de preservativos. Isso, além de preconceitos e dúvidas que ainda existem com relação a essa temática, no universo jovem de nossa sociedade.

Diante de tais fatos, fundamenta-se a necessidade e a competência do assistente social em participar ativamente do processo de formação dos jovens, no que se refere à sexualidade. A abertura de conversas francas entre jovens e profissionais possibilitariam o esclarecimento de dúvidas, uma maior conscientização e acima de tudo a diminuição dos problemas sociais recorrentes do desconhecimento da juventude acerca de sua própria sexualidade.

Com isso, destacamos a relevância do trabalho desenvolvido no espaço de estágio, uma vez que através das palestras, proporcionamos uma abertura para os alunos. No desenrolar das atividades puderam questionar, pensar acerca das consequências do pleno exercício da sexualidade. Deste modo, contribuímos para a formação de um alunado em busca de sua cidadania.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Serviço social e política educacional: um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. In: ENCONTRO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO, 1., 2003. **Anais...** Belo Horizonte, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: ciências naturais: terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

COIMBRA, José. **Sexualidade e suas dimensões**. Disponível em: <www.sites.google.com/site/clicjaproject>. Acesso em: 15 jan. 2012.

FIGUEIREDO, Regina. **O que é sexualidade?** Disponível em: <<http://www.infoescola.com/sexualidade/o-que-e-sexualidade>>. Acesso em: 24 nov. 2011.

FONTOURA, Amaral. **Diretrizes e bases da educação nacional**: introdução, crítica, comentários, interpretação. Rio de Janeiro: Aurora, 1968.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HADAR, Maria de Lourdes M. **O ensino secundário no império brasileiro**. São Paulo, Grijalbo, 1972.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 20 fev. 2012.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O serviço social na área da educação. **Serviço Social e Realidade**, São Paulo, v. 8, n. 1, 1999.

PELEGRINI, Thiago; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. **A educação nos anos de chumbo**: a política educacional ambicionada pela “utopia autoritária” (1964-1975) (parte 2). Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=45>>. Acesso em: 24 jan. 2012.

PEREIRA, Sidnéia Ribeiro. **A prática docente em educação sexual nas séries iniciais**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-pratica-docente-em-educacao-sexual-na-series-iniciais/38413/>>. Acesso em: 14 dez. 2010.

PIANA, Maria Cristina. **Serviço social e educação**: olhares que se entrecruzam. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/servico_social_e_educacao.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2012.

PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

REIS, Alberto Olavo A. **O discurso da saúde pública sobre a adolescente grávida**. São Paulo: Avatares, 1993.

SACRISTÁN, Gimeno. **Educar e conviver na cultura global**: as exigências da cidadania. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SAYÃO, Rosely. Saber o sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola. In: AQUINO, Júlio Groppa (Org.). **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

SUPLICY, Marta. **Conversando sobre sexo**. Petrópolis: Edição da Autora, 1991. 17. ed.